

4 NOV 1987

*Ass: P. J*  
**A hora dos audazes**

São cada vez mais freqüentes as informações de que o Presidente da República proporá a convocação de eleições diretas, em todos os níveis, no próximo ano. Essa solução é defendida por quantos entendem que o País necessita de novos e legítimos líderes que restaurem a autoridade sem, contudo, prejudicar o processo de democratização. Defendem-na, também, os que consideram ter havido nas últimas eleições uma deturpação da vontade popular, iludida pelo Governo que escamoteou dos eleitores a verdadeira situação econômica. Claro que se o Cruzado II tivesse sido assinado cinco dias antes das eleições, não depois, como foi, o resultado seria outro.

Não há, porém, que se discutir essa intenção porque não se deve nela acreditar. O Presidente não tem essa disposição. O que revela, ao contrário, é a decisão de lutar pelo presidencialismo e pelo seu mandato de cinco anos, sobrepondo-os a quaisquer outros temas em debate na Constituinte. Quem está a fazer todos os contatos e entendimentos para manter o presidencialismo e os cinco anos não pensa, lógico, em convocar eleições diretas em 1988.

As notícias a respeito são espalhadas com o propósito de intimidar a Assembléia Constituinte. O objetivo é vincular o destino do Presidente da República ao dos senadores e deputados, como se estes estivessem na dependência daquele e não o contrário. A represália não tem amedrontado os par-

lamentares, muitos dos quais, entre eles seguramente os mais expressivos, se dispõem a aceitar o desafio por confiarem no seu poder perante o eleitorado, o que não é o caso do Presidente da República.

O que se assiste, no momento, é a intensificação diária do confronto entre a Assembléia Constituinte e a Presidência da República, que pretendia, na verdade, tê-la submissa. Como isso não aconteceu, mesmo porque a liberdade é da essência da Constituinte, a Presidência, seja através de auxiliares menores, seja por manifestações organizadas, procura atemorizá-la. Não teria nenhuma importância essa tentativa se não fosse o risco que acarreta para o próprio processo de transição democrática que deveria ser o dever principal deste governo transitório e provisório por natureza.

Quando se desencadeia uma campanha contra os constituintes, atinge-se a própria democracia. Lançar o povo contra a Constituinte, questionando seu poder de modificar o sistema de governo ou procurando ridicularizar ou destruir o trabalho já realizado, só beneficiará os radicais.

A aprovação do parlamentarismo foi um ato de independência. A redução do mandato do Presidente será outro. Os constituintes encontram-se como Danton na Assembléia francesa quando aconselhou a seus pares: "Audácia, sempre a audácia, mais uma vez a audácia".